

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.673 - SP (2019/0224119-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : L M A A (MENOR)
REPR. POR : S A A DE A
REPR. POR : N A DE A
ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO - PR024636
EDGAR BENEDETTI FILHO - SP370722
AGRAVADO : LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS
ADVOGADOS : THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER - SP154860
ALINE BAYER DA SILVA - SP330606

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de contrariedade aos artigos de lei indicados, (b) incidência da Súmula n. 7/STJ e (c) falha na comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 872/874).

O acórdão do TJSP traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 600):

Ação de indenização por danos morais – Preliminar de não conhecimento suscitada em contrarrazões – Afastamento – Recurso que impugnou os termos da sentença – Não verificada a mera repetição das alegações apresentadas pela parte autora – Preliminar afastada – Cerceamento de defesa – Não configuração – Magistrado que é o destinatário das provas produzidas em Juízo – Preliminar afastada – Parte autora que sustenta que sofreu danos morais em decorrência de incêndio verificado no pátio da empresa requerida, gerando fumaça tóxica e impossibilitando que os requerentes ficassem em sua residência – Danos suscitados que não excederam aqueles inerentes à vida de relação, cuidando-se de dissabor transitório e que não se mostra capaz de romper o equilíbrio psicológico dos requerentes – Precedentes desta E. Corte de Justiça – Sentença de improcedência – Manutenção – Recurso não provido. Nega-se provimento ao recurso.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 839/845).

No recurso especial (e-STJ fls. 615/663), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, a recorrente requereu a juntada da informação técnica n. 78/2018/CMN aos autos – na qualidade de documento novo e de prova emprestada –, com fundamento nos arts. 372 e 435, parágrafo único, do CPC/2015, a fim de comprovar os danos morais alegados no especial.

Apontou dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 319, 355, 356, 361, 369 e 370 e seguintes do CPC/2015, argumentando existir cerceamento de defesa, porque o julgamento antecipado da lide o teria impedido de produzir as provas necessárias à comprovação dos danos experimentados.

Indicou dissenso interpretativo e ofensa aos arts. 374 do CPC/2015, 927 do CC/2002 e 4º, VII, § 1º, e 14 da Lei n. 6.938/1981, pois haveria comprovação dos prejuízos sofridos com a inalação dos gases tóxicos, além de ser notória a perturbação de sua vida. Nesse

contexto, requereu a condenação da recorrida ao pagamento de danos morais, pois a conduta dela extrapolaria o mero dissabor cotidiano.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ fls. 849/866).

No agravo (e-STJ fls. 877/892), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 938/948).

A recorrente em petição avulsa de fls. 957/1.042 (e-STJ), requerer "a baixa dos autos para sua origem, a fim de comprovar que a autora encontrava-se no local dos fatos no momento do evento danoso".

Intimada, a recorrida manifestou-se contrariamente ao requerimento da contraparte (e-STJ fls. 1.046/1.1050).

É o relatório.

Decido.

É de ver que o Tribunal de origem não examinou o conteúdo da informação técnica n. 78/2018/CMN, o que atrai o empecilho das Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ.

Ademais, é inviável verificar nesta instância especial o conteúdo de tal documento, sem incorrer no óbice da Súmula n. 7/STJ.

As teses e pedidos trazidos pela parte recorrente na petição avulsa de fls. 957/1.042 (e-STJ) não podem ser examinados, pois, "na linha dos precedentes do STJ, os argumentos apresentados em momento posterior à interposição do recurso especial não são passíveis de conhecimento por importar inovação recursal, indevida em virtude da preclusão consumativa" (AgInt no REsp n. 1.800.525/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019).

Quanto ao mérito, a utilização de expressões genéricas para indicar afronta a dispositivos legais – art. 370 e seguintes do CPC/2015 –, segundo a jurisprudência do STJ torna a fundamentação recursal deficitária e inviabiliza o conhecimento do recurso, devido à aplicação analógica da Súmula n. 284/STF. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 914 "E SEGUINTE" DO CPC/1973. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. "O uso da fórmula aberta 'e seguintes' para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente" (AgRg no REsp n. 1.124.819/AM, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 3/6/2014, DJe 12/6/2014).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.648.982/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA,

julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017.)

Além disso, a Corte local não se manifestou quanto aos arts. 319, 356, 361, 369 e 374 do CPC/2015, 4º e 14 da Lei 6.938/1981, a despeito dos aclaratórios opostos.

Inafastáveis, dessa maneira, as Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ.

O Tribunal *a quo* afastou o alegado cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, tendo em vista que (e-STJ fls. 604/605):

Não obstante, o pedido formulado não comporta acolhimento. Cumpre, desde logo, afastar a alegação da parte autora de que ficou configurada, no caso dos autos, a ocorrência de cerceamento de defesa. Embora a apelante afirme que a r. Sentença apelada deve ter sua nulidade reconhecida, sustentando que não houve a produção de provas, restando caracterizado o cerceamento de defesa, não se verifica, no caso dos autos, a necessidade de produção de outras provas.

Ao juiz, na condição de destinatário final das provas, cumpre indeferir as diligências que considerar inúteis ou meramente protelatórias quando avaliar que o acervo probatório é suficiente para firmar seu livre convencimento, nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil.

No caso em tela, o juízo “*a quo*” entendeu por bem julgar a lide no estado em que se encontrava o que, conforme supramencionado, lhe é permitido. A prova produzida nos autos se mostra suficiente para a análise do feito e a dilação probatória para a instrução processual pouco, ou nada, contribuiria para o deslinde da controvérsia, dada a sua natureza.

Dissentar das conclusões do acórdão impugnado para acolher a tese de insuficiência probatória, conforme sustentado pela recorrente na insurgência recursal, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ. Nesse contexto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REANÁLISE DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de julgamento antecipado da lide, considerando desnecessária a realização de novo exame de DNA, tendo em vista a falta de comprovação de qualquer irregularidade ou vício no exame realizado extrajudicialmente. Alterar tal conclusão demandaria nova análise dos elementos fáticos, inviável em recurso especial.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.152.898/PR, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 23/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, PARÁGRAFO 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REEXAME DE PROVAS.

(...)

2. Rever a conclusão do aresto impugnado quanto à inexistência de cerceamento de defesa encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de

Justiça.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.068.815/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 25/8/2017.)

Ademais, segundo a jurisprudência do STJ, "sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa" (AgInt no REsp n. 1.429.272/MA, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador convocado DO TRF 5ª REGIÃO –, QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018).

Do mesmo modo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS ATESTADAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo o princípio da livre persuasão racional, a dilação probatória destina-se ao convencimento do julgador. Assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas por entendê-las irrelevantes para a formação de sua convicção ou meramente protelatórias ao andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. Com isso, pode o magistrado julgar antecipadamente a lide quando concluir que a questão controvertida é unicamente de direito ou que as provas já apresentadas com a exordial e com a peça de defesa são suficientes para o deslinde da controvérsia.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.205.281/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 26/3/2018.)

Estando o acórdão impugnado em sintonia com a jurisprudência assente neste Tribunal Superior, incide a Súmula n. 83/STJ, que se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

O pedido de indenização por danos morais foi rejeitado pela Corte local, nos seguintes termos (e-STJ fls. 605/607):

Ademais, importante destacar que a r. sentença apelada não comporta reforma em relação ao afastamento dos danos morais suscitados pela parte autora. Com efeito, embora se reconheça o aborrecimento causado à requerente em razão dos danos narrados, não se mostra possível, na hipótese dos autos, o reconhecimento de que o acidente mencionado na petição inicial teve como consequência os danos que por sua gravidade pudessem ensejar a indenização por danos morais.

Nesse sentido, evidente que o incidente causou diversos aborrecimentos à parte autora, que ficou impedida de ir para sua residência no período em que perdurou o incêndio, assim como afirma ter sofrido com as consequências da fumaça liberada, que teria causado irritação nos olhos e nas vias respiratórias das vítimas.

Contudo, embora se reconheça os transtornos e aborrecimentos causados à parte autora em decorrência do incêndio mencionado, não se verificou, no caso dos autos, situação capaz de ensejar os danos morais suscitados. Nesse sentido, embora estejam demonstrados os transtornos causados à requerente assim que o incêndio aconteceu, o

fato não repercutiu de forma grave na vida da parte autora, cuidando-se de aborrecimento transitório e incapaz de ensejar os danos mencionados.

(...)

Nessa esteira, os danos narrados na inicial, embora tenham inicialmente acarretado aborrecimentos à parte requerente, não se mostraram capazes de ensejar os danos morais, na medida em que, controlado o incêndio e dissipada a fumaça verificada, não foram verificadas outras consequências capazes de ensejar os danos mencionados.

Dessa forma, verifica-se que os aborrecimentos causados à parte autora foram transitórios e devem ser entendidos como aborrecimentos inerentes à vida de relação, não tendo sido demonstrada a ocorrência de dano capaz de romper o equilíbrio psicológico da requerente ou mesmo de ferir gravemente valores fundamentais, inerentes à personalidade.

Não há como ultrapassar as conclusões do Tribunal de origem sem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015), ônus dos quais a recorrente não se desincumbiu.

Registre-se, ainda, que "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial" (Súmula n. 13/STJ).

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 87), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator